

Brasil
FH confirma
que tomará
novas medidas
contra inflação

Desindexação, um tema com muitas variações

LÉA CRISTINA

BRASÍLIA — A assinatura do acordo da dívida com quatro dos maiores estados do país, a consolidação das contas do Banco Central e do Tesouro (a abertura da caixa-preta do Banco Central) e o saneamento das contas do Governo, a ser concluído com a revisão constitucional, serão complementados por medidas para “acelerar o declínio da inflação”, informou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Fernando Henrique confirmou que, na terça-feira, assinará os primeiros acordos da dívida com os estados e, depois de quarta-feira, quando haverá a sabatina do presidente indicado para o Banco Central, Pedro Malan, será feita a “abertura da caixa-preta” das contas do BC e do Tesouro.

Em setembro, o ministro quer se concentrar na conclusão do abordo da dívida externa, que ainda depende de negociações com o Tesouro americano e também com o Fundo Monetário Internacional.

Essas medidas, segundo Fernando Henrique, garantirão o “declínio continuado da inflação”. Para reforçar e acelerar esse declínio serão adotadas medidas que, assegurou, não incluem choques, congelamentos de preços ou calotes.

O que não faltam são medidas de desindexação para o Governo analisar. Enquanto o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, admite que está aprofundando os estudos sobre o assunto, economistas antecipam uma série de receitas. No que se refere ao uso do dólar como parâmetro, por exemplo, existem alternativas.

A dolarização pelo modelo argentino é uma delas. Mas esta medida parece não agradar muito à equipe: há sérios riscos de formar-se inflação em dólar e de o país não ter reservas suficientes para bancar a conversibilidade. Outra alternativa seria atrelar o cruzeiro ao dólar, na chamada âncora cambial: o câmbio seria fixado, mas a conversibilidade não seria estabelecida.

A economista Maria da Conceição Tavares é contrária à fixação do câmbio, porque acredita que essa medida provocaria uma corrosão do saldo comercial, já que as exportações ficariam mais caras. Mas o economista do Ipea, José Cláudio Ferreira da Silva, defensor da âncora cambial, lembra:

— Não conheço nenhum país do mundo que tenha passado por um processo de estabilização como o Brasil necessita, conseguindo manter elevadas taxas de saldo comercial.